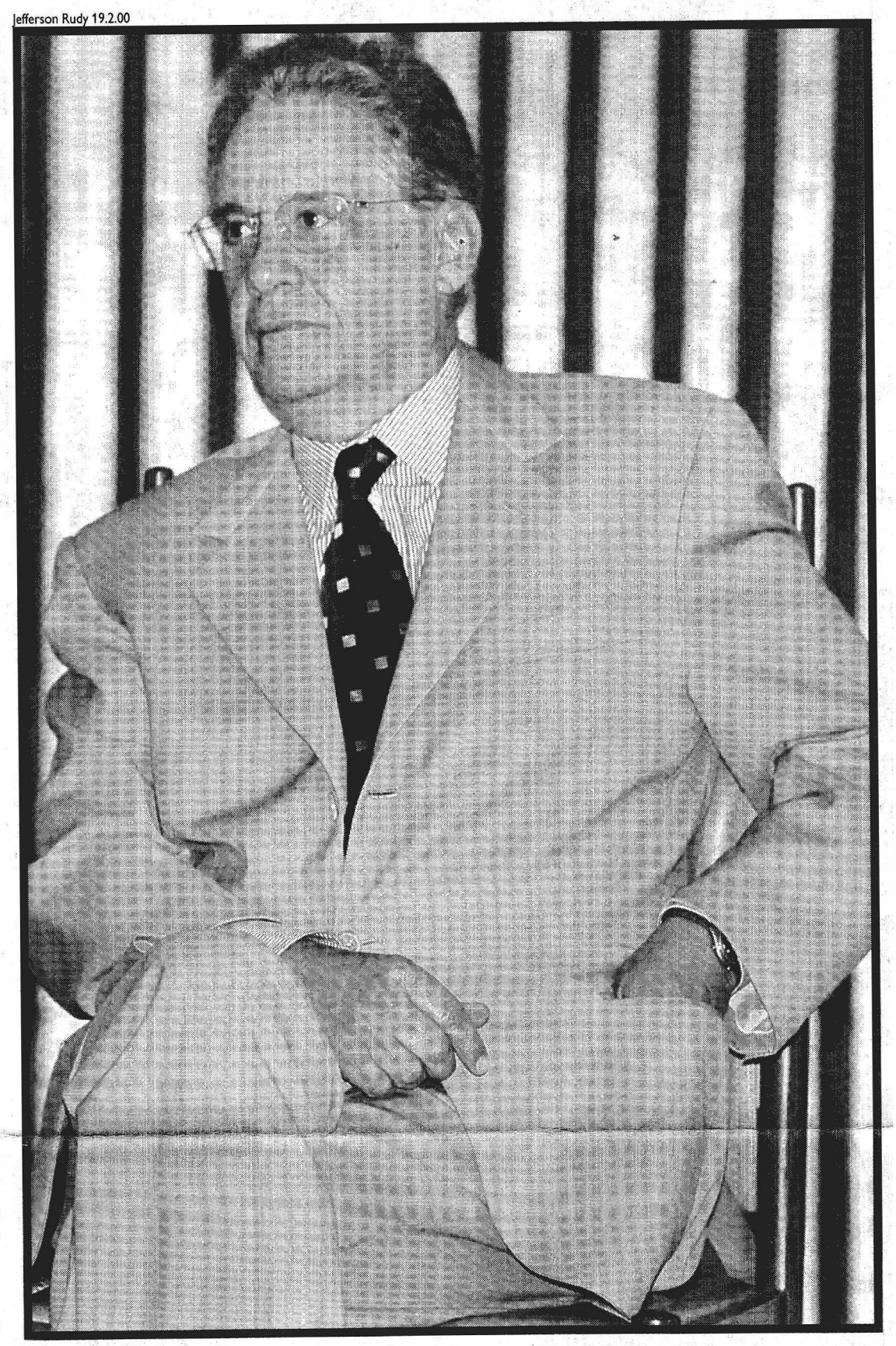
Vai sobrar para o PMDB

Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

Jefferson Rudy 19.2.00



FHC QUER MEXER EM OUTRAS ÁREAS, COMO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, DO PEEMDEBISTA OVÍDIO DE ÂNGELIS

Os partidos serão avisados na semana que vem: a reforma ministerial deflagrada com a demissão dos ministros da Previdência, Waldeck Ornélas, e das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, não se restringirá ao PFL. Além de extingüir a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), o presidente Fernando Henrique Cardoso planeja mexer em outras áreas, como, por exemplo, a secretaria de Desenvolvimento Urbano, a cargo do peemedebista goiano Ovídio de Ângelis. No caso do PSDB, a única alteração em estudo depende do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que, se optar pela presidência tucana, deixará o governo.

O PMDB é hoje o maior aliado do presidente Fernando Henrique. Ocupa a cadeira que pertencia ao PFL até o rompimento do senador Antonio Carlos Magalhães com o governo. Controla áreas que levam ações do governo direto aos olhos do cidadão comum: o dos Transportes, o filé das estradas, o da Integração Nacional, um caminhão de obras contra as secas no Nordeste, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, onde estão os contratos de habitação popular, uma parte do setor de saneamento básico, pavimentação de ruas — que "aparecem" mais junto ao cidadão, segundo um ministro do governo.

O PFL tinha quatro ministérios — Meio Ambiente, Previdência, Minas e Energia, e o dos Esportes. Destes, apenas o do Meio-Ambiente e o dos Esportes têm recursos para atendimento aos municípios. A Previdência Social, embora seja um dos maiores orçamentos da República, destina-se ao pagamento de aposentadorias e pensões. O das Minas e Energia passaria a ter maior relevância agora, com a aceleração do processo de venda das empresas do setor elétrico. Não é à toa que os tucanos começam a crescer o olho para a pasta.

O PSDB, por sua vez, já conquistou a Presidência da Câmara e carrega o estandarte da área social, com Paulo Renato Souza na Educação e José Serra na Saúde. Esses dois ministros estão na ala dos considerados "intocáveis", com Serra com o título de presidenciável número 1. Tem ainda o Ministério das Comunicações, com Pimenta da Veiga, outro que só sai se quiser.

Com isso, o espaço da reforma ministerial começa a ficar mais no lote do PMDB, que ganhou o Senado Federal, um espaço importante de poder. Os cenários da reforma, no entanto, ainda serão discutidos com os partidos. O presidente tem por hábito desde o início do governo avisar aos aliados sobre as medidas que pretende adotar. Consulta todo mundo e decide sozinho. Para a secretaria de Desenvolvimento Urbano, por exemplo, há duas propostas: a extinção, passando suas atribuições ao Ministério da Integração Nacional, ou a sua transformação em ministério, responsável por toda a infra-estrutura urbana.

OPOSIÇÃO

Durante o carnaval, o presidente conversará com os ministros palacianos para fechar o plano de ação governamental a ser apresentado aos partidos. Esse plano será a base para o que assessores palacianos chamam de "repactuação da aliança governista", ou seja, um novo compromisso com um programa que, além e servir como ponto de partida da reforma ministerial, servirá de rascunho para a construção uma candidatura com o apoio do Palácio do Planalto à sucessão presidencial em 2002. "A apresentação desse plano e a própria reforma serão operações delicadas, trabalhadas com muita cautela para não acirrar a briga partidária na base por espaço político", diz um ministro.

Além do programa, voltado às ações sociais do governo, haverá apelos do presidente para a unidade da aliança que o reelegeu, como forma de ter alguma chance desse grupo se manter na Presidência da República em 2003. O problema na base aliada passou a se chamar Antonio Carlos Magalhães. Embora o presidente esteja livre da influência de ACM dentro do governo, há uma preocupação de assessores palacianos em relação aos pedidos de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) que o senador baiano deve encabeçar, levando a oposição a apoiá-lo.

O PT está irado com ACM por causa das acusações sobre o voto da senadora Heloísa Helena na cassação de Luiz Estevão (PMDB-DF). Mas a tendência é que os oposicionistas acabem por relevar o episódio, engrossando o discurso anticorrupção que vem da Bahia. Daí, uma das intenções do governo em manter todo mundo junto para evitar que uma CPI possa comprometer a economia, levando por terra o bom momento que o governo tem hoje para lançar um plano de ação e, com ele, eleger o sucessor, mantendo todo esse grupo aliado no poder.